

Um terço da verba é provisória

O candidato Fernando Henrique prometeu em seu manual de campanha “fontes estáveis e suficientes de recursos” para a área de saúde.

Enquanto não consegue cumprir a promessa, que, segundo o próprio manual, depende das reformas tributária e fiscal, o presidente assiste a uma polêmica sobre a criação de uma taxa provisória.

Mais exatamente uma contribuição capaz de arrecadar R\$ 6 bilhões para o setor só neste ano — quase um terço do orçamento para o setor.

É a novela Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) resuscitado para ajudar exclusivamente a saúde.

Atoleiro — Aprovada pelo Senado

no fim do ano passado, a CPMF, cobrança de 0,25% nos cheques ou saques bancários, atolou na Câmara. E ainda colocou parlamentares governistas e ministros em lados opostos.

De um lado, abertamente liderada pelo ministro da Saúde, Adib Jatene, está a turma dos que creem na CPMF como a salvação da saúde.

De outro, discretamente amparada pela equipe econômica, luta o pessoal que condena a taxa como inimiga da estabilização monetária, ou uma ajuda às quadrilhas que assaltam o sistema de saúde.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), médico e relator do projeto da CPMF na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, joga no mesmo time de Jatene.

Necessidade — “Há uma necessi-

dade muito grande de recursos. A despesa com saúde é muito baixa.”

Líder na Câmara do mesmo partido de Alcântara, o deputado José Antônio (SP), que por não gostar da CPMF, mudou-se estranhando com Jatene, engoliu a taxa. Ele promete votar a favor da proposta e orientar a bancada tucana a fazer o mesmo.

O motivo da reviravolta: a arrecadação prevista com a taxa já está incluída na proposta de Orçamento deste ano. Caso o projeto seja abortado, muitas medidas previstas pelo Ministério da Saúde teriam que ser abandonadas.

Mas o deputado tucano continua engasgado com Jatene. “Sou a favor de mais recursos para a saúde, mas desde que acompanhados de melhor administração, principalmente a municipalização do serviço.”